



## Assembleia Municipal de Sesimbra

### ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2018

----- Aos trinta dias do mês de novembro de 2018, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

#### ----- **1. Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Sesimbra.** -----

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Fernando José Mestre Patrício, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga e Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro; -----

----- Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Andredina Gomes Cardoso, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Faustino Marques, Afonso Manuel Cardoso Pessoa e José Carlos de Almeida Fernandes Dias; -----

----- Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves; -----

----- Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues; -----

----- Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra. -----

----- Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos e a Substituta do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Ana Catarina da Silva Aguiar Martinha Ramalho. -

----- Comprovada a existência de quórum, vinte e quatro presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos. -----

----- Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva e Francisco José Pereira Luís.

----- Justificou as ausências da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa por se encontrar numa iniciativa a decorrer no Cineteatro Municipal.-----

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Informou em seguida que a Deputada Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes não poderia comparecer tendo sido substituída pelo Deputado Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro. -----

----- Também as Deputadas Luísa Margarida Cagica Carvalho, Bertina Pereira João Duarte e o Deputado João Filipe Paulo Pólvora, ambos da Lista do PS, haviam comunicado que não podiam comparecer tendo sido substituídos pelos Deputados Municipais Faustino Marques, José Carlos de Almeida Fernandes Dias e Afonso Manuel Cardoso Pessoa, respetivamente. -----

----- Não tendo havido quaisquer questões relativamente ao expediente, a Presidente deu início ao **“Período de Antes da Ordem do Dia”** e submeteu à votação a ata da sessão ordinária realizada no dia 02 de fevereiro de 2018, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- A Presidente informou, tal como havia sido referido na reunião, realizada no passado dia 27 de novembro, estava prevista a reunião conjunta das Comissões para o dia 11 de dezembro, relativamente às Grandes Opções do Plano. Disse que estava igualmente prevista, para o dia 14 de dezembro, a sessão referente a esta matéria realizar-se-ia na freguesia da Quinta do Conde, nas instalações da União Desportiva e Recreativa da Quinta do Conde. Provavelmente seriam incluídas outras matérias na Ordem de Trabalhos que certamente iriam alongar o tempo da sessão. Após uma conversa prévia ao nível da Comissão de Líderes, a Presidente disse que seria previsível que do conjunto destas matérias integrantes da Ordem de Trabalhos, pudesse ser posteriormente acordado quaisas que transitavam para uma segunda sessão a realizar no mês de janeiro. -----

----- A Presidente informou que tinha sido feita a eleição do tema da 16ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens há dois dias e que tinha sido feita de um modo amplamente democrático e como um exercício de participação de alunos, professores e as escolas. Cada escola organizara a sua metodologia de eleição e o tema final eleito havia sido: “O Cidadão/Cidadã do Século XXI – Que Competências?”.-----

----- Continuando com as questões relacionadas com o PAOD, informou que este período tinha 6 documentos.-----

----- O primeiro documento tratava-se de um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Amável Andrade de Sousa, que se passa a transcrever:-----

----- *“Amável Andrade de Sousa nasceu a 10 de Outubro de 1922, na freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa, onde estudou até ao 6º ano.*-----

----- *Criado pelos avós, por dificuldades à época começou a sua vida profissional, encetando a carreira de professor com 18 anos.* -----

----- *Interrompeu a carreira para cumprir serviço militar no Regimento de Artilharia em Vendas Novas,*

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*e no Regimento de Cavalaria em Elvas, onde terminou o serviço militar em 1943.-----*  
*----- Estagiou depois em Lisboa, dando aulas em São Mamede da Ventosa e na Parede, tendo chegado a Sesimbra a 30 de Setembro de 1945, ficando hospedado no n.º 66 da Rua Eça de Queiroz, sendo colega da também emblemática professora D. Paula de Jesus.-----*  
*----- Começou como apoio ao Professor Leal, o qual devido a problemas de saúde se afastou ficando o Professor Amável no seu lugar, lecionando na Escola Conde de Ferreira e desempenhando também funções de Delegado Escolar até abril de 1974.-----*  
*----- Casou em 15 de Setembro de 1949 com a também Professora Eulália Gonçalves Rodrigues Barros de Sousa, e lecionou em Sesimbra até 1952.-----*  
*----- Concorreu posteriormente para a Escola Masculina de Santana, conhecida depois por Escola Básica de Santana, ensinando com enlevada dedicação centenas de alunos deste concelho até aos seus 68 anos de idade, no ano de 1990, e sempre no mesmo estabelecimento de ensino.-----*  
*----- A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em sessão extraordinária a 30 de Novembro de 2018, delibera aprovar o presente Voto de Pesar e transmitir à Família sentidas condolências.”-----*  
*----- Submetido a votação, sob proposta da Comissão de Líderes, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Amável Andrade de Sousa foi aprovado por unanimidade** e foi ainda guardado um minuto de silêncio em sua memória.-----*  
*----- O **Deputado José Guerra** pediu a palavra e informou que a Saudação com o título “Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres – 25 de Novembro” seria retirada da deliberação do PAOD, uma vez que tinha sido feita uma junção desse documento com a Saudação da CDU, sendo este Grupo Municipal a apresentar a Saudação com o título “Dia Internacional para a Eliminação da violência contra as Mulheres”.-----*  
*----- A **Presidente da AMS** questionou se a Saudação apresentada seria do Grupo Político da CDU e do BE ou apenas pela CDU, ao que o Deputado João Valente respondeu que a palavra seria dada à proponente do documento, a **Deputada Paula Rodrigues**, que cumprimentou todos os presentes e disse que esta Saudação era conjunta com o BE à qual tinha sido acrescentado um parágrafo e que pretendia chamar a atenção para a problemática da violência contra as mulheres.-----*  
*----- “O Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres celebra-se a 25 de novembro e é desde 1999, reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em homenagem às três irmãs Mirabal, ativistas políticas presas, torturadas e assassinadas em 1960, por Rafael Trujillo, na República Dominicana, com o objetivo de alertar e sensibilizar a sociedade para os vários casos de*

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*violência contra as mulheres, nomeadamente, casos de abuso ou assédio sexual, maus tratos físicos e psicológicos.* -----

*----- Entre 2013 e 2017, a APAV registou um total de 36.528 processos de apoio a pessoas vítimas de Violência Doméstica. Estes valores traduziram-se num total de 87.730 factos criminosos. Na maioria (92%) das denúncias, as vítimas são do sexo feminino. Em média, uma em cada três mulheres é vítima de violência doméstica.* -----

*----- Segundo o Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA), desde o início do ano até dia 20 de novembro, vinte e quatro mulheres foram assassinadas em Portugal, "em contextos de intimidade ou relações familiares próximas".* -----

*----- A violência doméstica contra as mulheres abarca vítimas de todas as condições e de todos os estratos sociais e económicos, sendo necessário dar resposta às diversas dimensões da violência exercida sobre as mulheres, como elemento indissociável da efetivação dos seus direitos, liberdades e garantias e da sua participação em igualdade.* -----

*----- Desde 2013 que o Código Penal, no artigo 152.º integra as relações de namoro, ao crime de violência doméstica. Facto que torna mais fácil a sua penalização, uma vez que a violência doméstica é um crime público.* -----

*----- O grupo etário com mais vítimas é o das mulheres com mais de 65 anos.* -----

*----- Quanto à incidência de femicídios por distrito, Leiria surge, este ano, em primeiro lugar, com seis mortes, mas em segundo lugar está o nosso distrito Setúbal com quatro e Lisboa com três.* -----

*----- De acordo com os dados revelados pelo Observatório da Violência no Namoro, foram recebidas 128 denúncias em menos de um ano. A violência no namoro atinge já 56% dos jovens.* -----

*----- Também, a violência nas redes sociais, nas relações de intimidade, mostra resultados preocupantes, constituindo-se como um meio propício ao perigo e exercício de grande violência. "Estes comportamentos abusivos online são inquietantes na medida em que estes atos podem tornar-se públicos, e eventualmente virais".* -----

*----- A perseguição, uma dimensão nova no estudo de violência no namoro da UMAR, salienta a necessidade deste assunto ser refletido pelas pessoas que têm a responsabilidade da educação dos/as jovens, no sentido de prevenir a violência sob todas as formas.* -----

*----- Assim, tendo em consideração os valores fundamentais da Constituição da República Portuguesa, no respeito pelo princípio da igualdade dos cidadãos e das cidadãs face aos seus direitos liberdades e garantias, designadamente, o direito à vida e à integridade física e moral dos seres humanos, a*

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*Assembleia Municipal de Sesimbra, na sua reunião de 30 de Novembro de 2018, saúda toda a comunidade escolar, Instituições, entidades governamentais e não-governamentais que trabalham para a prevenção e eliminação de todo o tipo de comportamentos de violência, bem como, todas as mulheres pela sua coragem na denuncia de todas as formas de violência e demais vítimas de violência doméstica.-*

*----- Dar conhecimento a:-----*

*----- Grupos parlamentares da Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas de Freguesia e Assembleia de freguesia do concelho; UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta – Centro de Atendimento de Almada; APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vitima; Cooperativa pelo Sonho é que vamos, CRL; MDM – Movimento Democrático de Mulheres; Departamento Nacional das Mulheres Socialistas; Movimento das Mulheres Social-Democratas; GNR – Guarda Nacional Republicana; GNR - Núcleo Escola Segura; CPCJ – Comissão de Proteção de Jovens de Sesimbra; Agrupamentos de Escolas do Concelho; Comunicação Social Local e Regional.”-----*

*----- A Segunda Secretária da Mesa da AMS, Conceição Gonçalves, pediu a palavra para prestar uma declaração e a Presidente da AMS referiu que quando os membros da Assembleia solicitavam a intervenção para qualquer matéria, poderiam fazê-lo na Mesa desde que não fosse manifestado o contrário por algum dos elementos da Assembleia. Não houve qualquer inconveniente para que a Segunda Secretária da Mesa da AMS fizesse a sua intervenção na Mesa:-----*

*----- “25 de novembro passa a ser uma data de grande importância, principalmente para aquelas que sofrem, já sofreram ou irão sofrer violência.-----*

*----- A violência contra a mulher revela-se um problema mundial, sem credo, classe, religião ou raça. O agressor descarrega sobre o elo mais fraco – a mulher que têm à mão.-----*

*----- Há muito a fazer na área da prevenção (junto das famílias, escolas e associações, no sentido da mudança de comportamentos e atitudes e, sobretudo, educando contra a violência”, “É urgente diminuir este drama”. Um drama que perdura.-----*

*----- A não-violência, deverá ser uma constante nas nossas vivências.-----*

*----- “Sabem porquê?-----*

*----- Porque sei que isto me aconteceu.-----*

*----- Não gosto de me exhibir, mas gosto menos de me esconder.-----*

*----- E não tenho de sentir vergonha pelo que passei, este é o meu grito de alerta para que nenhuma MULHER se cala, pois esta batalha é para vencer, em homenagem a todas as mulheres que perderam a vida porque não tiveram a coragem de fugir a tempo.”-----*

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A Presidente da AMS agradeceu a sua intervenção e depoimento.-----

----- Tomou do uso da palavra a **Deputada Andredina Cardoso** que cumprimentou todos os presentes e manifestou o seu apoio à Saudação apresentada, pois a violência contra as mulheres começava muito cedo e hoje em dia falava-se de tantas questões da violência no namoro, um dos temas também trabalhado ao nível da saúde escolar. A Deputada reiterou a necessidade de continuar-se a trabalhar este tema de forma transversal.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que cumprimentou todos os presentes e manifestou a sua vontade em fazer um realce à Saudação apresentada dizendo que o voto do PSD seria favorável mas que já não era a primeira Saudação, Moções e Recomendações presentes a esta Assembleia Municipal e era sempre esquecida uma situação que não deixava de ser verdade e disse que não se lembrava de algum documento ter frisado que a mulher era violentada e agredida mas o que depois se ouvia era que teria de sair da sua própria casa para ir para uma casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica. Esta era uma verdade que tinha de acabar porque se a mulher era violentada, não teria de ser ela a sair de casa, pois já bastava ser agredida e ainda tinha de deixar os seus haveres para ir viver, sabe-se lá muitas vezes, como e com quem.-----

----- Foi cedida a palavra à **Deputada Paula Rodrigues** que referiu a questão da violência nas redes sociais, que ultimamente tinha sido objeto de alguma manifestação e que esta questão teria de ser refletida e prevenida. Agradeceu ainda o testemunho da Segunda Secretária da Mesa da AMS, Conceição Gonçalves.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que cumprimentou todos os presentes e disse que o Grupo Municipal do MSU subscrevia integralmente esta Saudação e que se associava aos testemunhos prestados, nomeadamente pela Segunda Secretária da Mesa. Relativamente à questão da violência doméstica, disse que ainda havia um longo caminho a percorrer porque se notava uma descoordenação entre as várias Entidades com competências nestas matérias, como os tribunais, autoridades e mesmo o apoio à vítima. Também devia ser melhorada a formação das autoridades para estas situações porque enquanto jurista, notava muitas vezes que as autoridades não tinham uma intervenção adequada à situação em concreto e que muitas vezes atuavam de acordo com aquilo que sabiam e podiam fazer.-----

----- Interveio o **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e disse que tinha pedido a palavra, pois não poderia deixar de elogiar e saudar a intervenção da colega e Deputada Conceição Gonçalves.-----

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A **Presidente da AMS** referiu que gostaria de deixar, em nome pessoal, dois aspetos importantes. O primeiro era a oportunidade da conjugação numa só Saudação, os valores plasmados nas duas Saudações e realçou este aspeto importante da parte do Deputado do BE, o que não iria diminuir em nada o empenho e postura da AMS relativamente a esta matéria. -----

----- O segundo aspeto tinha a ver com o registo do ato de coragem que certamente, hoje, seria bem menor do que aquela que tivera ao longo da vida aquando da vivência das situações referidas mas que de qualquer modo, era o registo da solidariedade para com a sua vivência e era um prazer registar a Conceição Gonçalves forte e dinâmica para continuar a viver. -----

----- Após ser submetida a votação, a Saudação com o título “Dia Internacional para a Eliminação da violência contra as Mulheres” foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- De seguida, teve início o debate da Moção subordinada ao título **“Construção de um Lar de Idosos na Freguesia da Quinta do Conde”** que a seguir se transcreve: -----

----- *“Apesar de muito jovem, a Freguesia da Quinta do Conde, tem também uma significativa população idosa. Segundo os resultados dos censos de 2011, registou-se um crescimento com o grupo etário com mais de 65 anos, passou de 1.781 habitantes para cerca de 6.000 habitantes.* -----

----- *Perante esta realidade, é cada vez mais evidente a necessidade de dar resposta a esta população em diversas dimensões, incluindo no que respeita ao reforço dos equipamentos sociais de apoio aos idosos.* -----

----- *No âmbito do Plano de Desenvolvimento Social de Sesimbra está identificada a necessidade de construção de um Lar de Idosos na Quinta do Conde. A carência de equipamentos sociais para responder às necessidades da população idosa é uma realidade há muito identificada, e que tem vindo a agravar-se ano após ano.* -----

----- *Por exemplo, nesta freguesia só existem lares de idosos privados, sendo os encargos financeiros associados demasiado elevados para a maioria das famílias, tendo em conta os seus rendimentos. A constituição da República Portuguesa consagra um conjunto de direitos para a população idosa.* -----

----- *Os seus artigos 67-º e 73-º estabelecem que cabe ao Estado “Promover a criação e garantir o acesso a uma rede nacional de equipamentos sociais de apoio à família, bem como uma política de terceira idade, que engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade”.* -----

----- *Não é aceitável que a população idosa, depois de uma vida de trabalho, e de contribuição para o*

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*desenvolvimento do País, fique desprotegida na fase mais vulnerável da sua vida. -----*

*----- É tendo em conta a realidade concreta da Freguesia da Quinta do Conde, os direitos que a constituição consagra e por ser da mais elementar justiça que a Assembleia Municipal de Sesimbra acompanha e apoia a reivindicação da população e das autarquias, Junta de Freguesia, Câmara Municipal e Centro Comunitário da Quinta do Conde, na construção de um lar de idosos nesta freguesia. -----*

*----- Na sequência da Petição n-º 402/XII apresentada pelo Centro Comunitário da Quinta do Conde com cerca de 4.500 assinaturas, a Assembleia da República aprovou por maioria no dia 8 de janeiro de 2016 a Resolução n-º 8/2016, tendo-se absterido as bancadas do PSD e CDS e votado favoravelmente o PCP, PS, BE e PEV ficando desta forma o governo recomendado a aprovar e promover a construção de um lar de idosos na Quinta do Conde. -----*

*----- O Centro Comunitário tem terreno, projeto e experiência acumulada no setor social, logo esse equipamento deve ter financiamento do estado. Esta é uma luta e uma reivindicação de décadas da população e das autarquias, a que sucessivos governos não têm correspondido. Não foi até ao momento desenvolvido qualquer processo que conduza à construção do lar de idosos. -----*

*----- Assim, os eleitos na Assembleia Municipal de Sesimbra reunidos em sessão extraordinária de 30 de novembro de 2018, deliberam: -----*

*----- Solicitar ao Governo que Cumpra a deliberação e que através da Segurança Social seja aprovado um projeto e o respetivo financiamento para que tão breve quanto possível o Lar de Idosos na Quinta do Conde seja uma realidade á disposição da comunidade. -----*

*----- Solicitar ao Governo que Cumpra a deliberação da Assembleia da Republica e que através da Segurança Social seja aprovado um projeto e o respetivo financiamento dando assim prioridade a esta obra na freguesia da Quinta do Conde. -----*

*----- Dar conhecimento desta Moção: -----*

*----- Primeiro-ministro; Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Grupos Parlamentares na Assembleia da República; A.R.S.L. e Vale do Tejo; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Centro Comunitário da Quinta do Conde; Comunicação Social Local e Regional.” -----*

*----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Valente** que disse que o Lar de Idosos do Centro Comunitário da Quinta do Conde era um objetivo bastante antigo. Disse que estava no Plano de Desenvolvimento Social de Sesimbra, conhecido por todas as Entidades e que já a 04 de junho de 2001, dera entrada um documento por parte do Partido Ecologista “Os Verdes” na Assembleia da República, no*

Ata nº14 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

qual dizia que existiam mais de 20 lares de idosos ilegais na Quinta do Conde. -----  
----- Saliu que estes lares existiam porque ainda hoje não havia qualquer tipo de alternativa. -----  
----- Recuou também ao ano de 2013 e disse que nesse ano, o Centro Comunitário da Quinta do Conde decidira fazer uma petição que ultrapassara as 4.500 assinaturas e o assunto tivera de ser abordado em plenário. Referiu que esta necessidade se acentuava cada vez mais, ou seja, numa freguesia com mais de 30.000 habitantes e mais de 6.000 habitantes com mais de 65 anos de idade continuava-se com esta lacuna.-----  
----- Disse que o Centro Comunitário da Quinta do Conde tinha um terreno que havia sido cedido pela Câmara Municipal e tinha o acompanhamento técnico da Segurança Social que tinha executado vários projetos que por sua vez “barraram” sempre em prioridades. Inicialmente, prioridades do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) e depois nas dificuldades económicas do País. Disse que provavelmente se estivera sempre na presença de políticas erradas e que era tempo de pensar nas pessoas e que estava a decorrer um segundo abaixo-assinado já com 1400 assinaturas angariadas no espaço de uma semana. A 24 de junho de 2014, deu entrada uma Petição na Assembleia da República e a 10 de Setembro de 2014 tinha sido admitida uma nota de admissibilidade a essa Petição que foi presente a Plenário no dia 06 de janeiro de 2016. O Deputado disse que esta Petição tinha sido aprovada com o Projeto de Resolução 60/XIII do PCP, com a abstenção das bancadas do PSD e CDS e votos favoráveis do PCP, PS, BE e PEV. -----  
----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que o voto da bancada do PSD seria favorável. Perguntou se a CDU estaria de acordo com uma alteração no último parágrafo, tendo a mesma sido aceite pela força política proponente. Para terminar, disse que era lamentável que o Orçamento de Estado tivesse sido recentemente aprovado e que havendo uma maioria de esquerda e não tendo estado presentes o PSD nem o CDS, que o Centro Comunitário da Quinta do Conde não tivesse sido contemplado com alguma verba para esta construção. -----  
----- A **Presidente da AMS** esclareceu que sempre que havia um documento cujo texto referisse um Grupo Político, o mesmo seria depois transformado em termos da Assembleia Municipal.-----  
----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que cumprimentou todos os presentes e disse que o Partido Socialista reconhecia esta necessidade e concordava que a Freguesia da Quinta do Conde era deficitária em termos de respostas sociais neste domínio e com o passar dos anos, tinha-se verificado um agravamento da situação, tendo em conta o envelhecimento da população que inicialmente se havia instalado na Quinta do Conde, tratando-se de uma necessidade premente. -----

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Reconhecendo tal situação, no momento em que a primeira petição chegara à Assembleia da República em janeiro de 2016, o Partido Socialista votara favoravelmente com o PCP, PEV e BE. Disse não ter ficado clara a posição do PAN relativamente a esta Moção. Disse que aquando desta votação, ocorrera a primeira intervenção da Deputada Sofia Araújo, da bancada Parlamentar do PS, e que fizera a defesa da necessidade da concretização deste projeto. -----

----- Referiu ainda que da informação recebida, haveria também algum compromisso com a Segurança Social do Distrito em que se faria os possíveis para que no próximo programa PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) pudesse haver a possibilidade deste equipamento vir a ser alvo de financiamento. Disse que no anterior quadro comunitário, apenas tinham sido consideradas creches, não tendo o lar de idosos sido considerado como uma necessidade. -----

----- Para terminar, disse que o PS, tal como ao longo dos anos tinha mostrado o seu apoio ao desenvolvimento desta necessidade, continuaria a manter o mesmo apoio. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que o Grupo Municipal do MSU apoiava esta Moção e que havia a disponibilidade para qualquer tipo de ações que pudessem ser desenvolvidas no sentido pressionar quem de direito para esta necessidade da Quinta do Conde que para além de antiga, era também mais premente. A população da freguesia da Quintado Conde continuava a crescer e esta resposta social tornava-se cada vez mais urgente. -----

----- Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por **unanimidade**, a Moção subordinada ao título “Construção de um Lar de Idosos na Freguesia da Quinta do Conde”. -----

----- De seguida, a **Presidente da AMS** deu início à discussão da Moção subordinada ao tema “**Pela Integração na CP do Serviço de Transporte ferroviário de passageiros entre Setúbal e Lisboa**”, que se transcreve: -----

----- *“O Eixo Ferroviário Norte-Sul, com a ligação Lisboa/Setúbal, está em exploração desde Julho de 1999 e constitui um elemento estratégico fundamental do sistema de mobilidade e transportes coletivos.*

----- *Sesimbra tem às portas da Quinta do Conde uma estação, que é atualmente servida pelos comboios operados pela FERTAGUS que faz ligação com Lisboa via Ponte 25 de Abril.* -----

----- *Quase vinte anos depois, este serviço constitui importante melhoria das condições de mobilidade das populações do concelho, colocando Sesimbra a menos de uma hora de distância de Lisboa.* -----

----- *A Assembleia Municipal de Sesimbra defende que este serviço de transporte público pode e deve ser gerido pelo operador público de transporte ferroviário, pelo que, com o fim do contrato de concessão à FERTAGUS da exploração comercial está aberta a oportunidade de integrar este serviço na CP.* -----

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Esta integração alcança os utentes que passam a pagar menos, e a ter acesso ao passe intermodal e ao estacionamento gratuito junto das estações; os trabalhadores da FERTAGUS que ao serem integrados na CP e na EMEF, melhoram as suas condições de trabalho, rendimento e direitos. -----

----- Com o fim desta parceria Público-Privada e a integração deste serviço na CP é retomada a qualidade do serviço público de qualidade, promovendo maior utilização do transporte publico, com a consequente redução do transporte individual, descongestionando a rede viária e a Ponte 25 de Abril com enormes benefícios económicos, ambientais e na qualidade de vida das populações. -----

----- A oferta de transportes públicos no distrito de Setúbal está dominada pelos operadores privados que se caracteriza por diminuta qualidade e preços elevadíssimos. No caso de realizar uma assinatura entre a ligação Lisboa/Pragal, o custo é superior à ligação Lisboa/Alverca (com o dobro da distância) ... ou ainda o passe CP Lisboa/Azambuja, com uma distância aproximada à da ligação Lisboa/Setúbal – mas em que a diferença de preços é de 136 por cento, penalizando em muito as populações. -----

----- Estamos em presença de um serviço ferroviário que se efetua com comboios públicos a circular em linhas públicas e utiliza estações públicas, no entanto é explorado por um operador privado que custou ao estado entre 1999 e 2013, mais de 200 milhões de euros, recusando-se a pagar a IP da taxa de circulação devida. Assim, na defesa do interesse publico e na qualidade de vida dos habitantes do concelho, instamos o governo a adotar medidas para que o serviço atualmente prestado pela FERTAGUS entre Setúbal e Lisboa pela ponte 25 de Abril seja integrado na CP, bem como a investir na frota, reforçando a capacidade de resposta do serviço público. -----

----- Dar conhecimento desta moção: Presidente da República; Primeiro-ministro; Ministro do Planeamento e das Infraestruturas; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Comunicação Social Local e Regional.” -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Fernando Patrício** que cumprimentou todos os presentes e disse que no entendimento da CDU, o fim da parceria Público-Privada com a Fertagus significaria defender os interesses dos utentes e do País. O Deputado elencou cinco razões para que tal pudesse acontecer e a primeira era que os comboios, as estações e as linhas ferroviárias eram públicas, pagas com o dinheiro de todos os contribuintes mas era o privado que explorava o serviço, pagando o utente, muito mais do que pagaria se utilizasse a CP. Disse que também se falava muito em termos da qualidade do serviço e disse que os comboios da Fertagus eram adquiridos à CP e exactamente iguais àqueles que circulavam na linha da Azambuja. Em terceiro lugar, referiu que a Fertagus se recusava a pagar o devido à

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Infra-Estruturas de Portugal como a taxa de circulação, acumulando uma dívida ao Estado. A quarta razão era que a Fertagus e a Metro Sul do Tejo haviam custado ao Estado, desde 1999 até 2013, cerca de 202,5 milhões de euros, dados estes fornecidos pelo Tribunal de Contas. Para terminar, disse que eram ainda dados importantes e avultados apoios diretos à Fertagus, como era o caso da exploração dos parques de estacionamento e lojas das estações.-----

----- Referiu que com o fim da parceria Público-Privada, os utentes ficariam a ganhar, que veriam mantida a qualidade do serviço com um custo menor e ganhariam também os trabalhadores da Fertagus com a sua integração na CP e na EMEF. Seria promovida a utilização do transporte público reduzindo assim o uso do transporte individual, descongestionar-se-ia a rede ferroviária e a Ponte 25 de Abril, trazendo enormes benefícios económicos e ambientais.-----

----- O País ganharia em milhares de euros, deixando de ser esbulhado.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse entender a razão pela qual era apresentada esta Moção mas que tinha sérias dúvidas quanto a certas considerações presentes no próprio documento quando era referido que com o fim desta parceria Público-Privada e a integração deste serviço na CP, haveria uma retoma do serviço público de qualidade, seria estar a “tapar o sol com a peneira”. Era do conhecimento de todos que a CP era deficitária e a referência à qualidade não era para quem utilizava os comboios da CP todos os dias. Os próprios utentes informavam que havia atrasos nos comboios todos os dias e que a qualidade era má, que havia comboios a ser suprimidos por falta de peças e que estavam a ser tiradas peças de locomotivas para equipar as que estavam estragadas porque não havia dinheiro para comprar novos equipamentos e novos acessórios para as que estavam em circulação.

----- Referiu que em relação ao facto dos utentes passarem a pagar menos e a ter acesso ao passe intermodal, era uma questão ainda a ser negociada entre a Área Metropolitana de Lisboa e a Fertagus para que esta última seja integrada no dito passe 30/40. Não havia dúvidas que quando os utentes pagassem menos, sentiriam um alívio na carteira mas pagar menos e ser servido da forma como a CP servia, seria preferível pagar mais e ser bem servido como acontecia com a Fertagus.-----

----- O Deputado disse que em termos do índice global de satisfação dos clientes da Fertagus atingia 4.5 numa escala de 1 a 5, onde 46% considerava ganhar mais flexibilidade, 44% considerava viajar com mais serenidade, enquanto 35% considerava dispor de mais tempo livre. Salientou que não poderia ser esquecido o que se passava com a Soflusa, com a Transtejo, com a CP e com o Metro, que nunca haviam funcionado tão mal como nestes últimos anos e disse que não estava só a referir-se aos anos do atual Governo. Referiu que a decadência deste serviço público tinha vindo a ser abismal e era sabida a razão

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

pela qual isto acontecera. Dizer que com a integração da Fertagus na CP, haveria uma maior oferta de qualidade, não era verdade e disse que seria ideal que se dissesse qual era a dívida global da CP ao Estado e quanto é que o Estado injetava anualmente naquela empresa. -----

----- Informou que de acordo com a última versão do Presidente dos Caminhos de Ferro Portugueses, seriam necessário, qualquer coisa como 700 milhões de euros até ao final do ano e mesmo assim, este valor não seria suficiente para pagar aos fornecedores. -----

----- O Deputado disse que o Grupo Municipal do PSD não estava de acordo com esta Moção e votaria contra a mesma. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que o Grupo Municipal do MSU concordava com a maior parte daquilo que havia sido dito pelo Deputado Lobo da Silva e entendia que esta Moção referia “*pela integração na CP*” e que à partida, existia um erro de base porque era sabido o estado em que se encontrava a CP. Disse que há dois dias, tinha tido oportunidade de ouvir uma entrevista do Secretário de Estado dos Transportes relativamente à questão da CP e uma das coisas que era apontada e questionada, tinha sido precisamente o estado das infra-estruturas das ferrovias que já não tinham uma intervenção digna desse nome há muitos anos. O estado destas infra-estruturas era classificado de mau e medíocre e o Secretário de Estado dos Transportes dissera que o Governo estava a trabalhar para lançar os concursos necessários por forma a proceder às intervenções. O Deputado disse que o MSU não votaria contra a presente Moção mas que o sentido de voto seria a abstenção, por entender que se tratava de uma equação que não era equacionável neste momento, pelo menos pela forma como a CP se encontrava atualmente. Deveria ter-se em conta que a Fertagus tinha vindo a efectuar um serviço de qualidade, o que era demonstrado através dos estudos e questionários feitos aos clientes e que era possível melhorar este serviço, negociando junto da empresa para a introdução de melhorias. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que disse que quando era levantado o problema das condições da CP, não bastava dizer estava mal mas sim saber o porquê de ter chegado a esse ponto e era sabido que desde alguns anos a esta parte, tinha havido uma má gestão propositada para que fosse vendida ao desbarato tal como havia acontecido com os CTT. Disse que uma rede nacional de transportes públicos era a única solução possível para haver a qualidade desejada mas para tal, era necessário “empatar” dinheiro e que houvesse uma aposta clara na sua recuperação por parte do Estado.

----- Referiu a aposta da AML na construção de uma rede intermunicipal de uma empresa de transportes públicos que gerisse todos os transportes nessa linha. -----

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que resolvera intervir após a intervenção do Deputado Lobo da Silva, em que falara do estado da CP, do Metro e daquilo que eram os transportes públicos e que estavam na “mão” do Estado. -----

----- Salientou que, de facto, os transportes públicos estavam em mau estado e questionou o porquê desta situação. Disse que, na opinião da CDU, tinha havido, ao longo dos anos, um desinvestimento forte naquilo que era público em função do privado. Referiu que a Fertagus usava aquilo que era público para seu benefício privado, os comboios, a ferrovia e ficava com o lucro, recusando-se ainda a pagar ao Estado o que era público. Disse que para a CP eram necessários 8 milhões de euros mas talvez fosse melhor desinvestir para que fosse comprada a um baixo preço, que era o que o Governo estava a preparar. Entretanto, o BES não poderia cair e eram investidos milhões para que tal acontecesse e esse era o mal do Estado Português, que investia apenas no privado. A passagem da Fertagus para a CP não era que a CP estivesse mal mas o que se estava a haver uma tentativa de privatizar a CP. -----

----- Interveio o **Deputado Fernando Patrício** que disse que os comboios utilizados pela Fertagus haviam sido adquiridos à CP e eram exactamente idênticos aos da linha da Azambuja. Disse que quando se falava da CP, falava-se em termos nacionais e que quando se integrava um serviço, o mesmo era para se manter mas a questão colocada depois era a capacidade de se conseguir fazer a manutenção. Tinha igualmente de se perceber que seria difícil quando o Governo tinha, incluído no orçamento de Estado, 500 milhões de euros para o BES e zero para a CP. -----

----- Disse que um passe social entre Lisboa e Setúbal, na Fertagus, tinha um custo de 131€ e que o mesmo passe, à mesma distância, entre a Azambuja e Lisboa, com comboios idênticos aos da Fertagus, custava 55€. -----

----- Salientou que a integração da Fertagus na CP significava que um utente da Quinta do Conde que hoje pagava cerca de 100€ por um passe, passaria a pagar perto de 50€. Disse ainda que a oportunidade surgia, precisamente porque a concessão terminava em 2019, ou seja, a necessidade deste debate e discussão surgia não pelo estado da empresa mas com o facto do término da concessão. As linhas eram utilizadas mas a reparação das mesmas era feita pelo Estado. As estações eram utilizadas e a Fertagus não trocava uma única lâmpada mas alugavam as lojas e recebiam lucro das mesmas. Se não fosse atingido um determinado número de utentes, o Estado ainda pagava indemnizações e muitas das vezes, os torniquetes estavam desligados sem registar as entradas e supostamente até havia o número de utentes mas como não eram contabilizados, o Estado investira 90 milhões de euros no último ano e este dinheiro era de todos os contribuintes. Do ponto de vista da CDU, os utentes iriam beneficiar na relação

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

qualidade/preço com esta passagem para o Estado. Também era evidente que a partir do momento que a CP assegurasse esta linha, a questão da qualidade dependeria do valor investido pelo Estado e da opção política tomada.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado José Braga** que cumprimentou todos os presentes e disse que era natural os Deputados terem opções políticas diferentes. Referiu que a questão da degradação da CP e o estado em que a mesma se encontrava tinha a ver com a degradação de serviços para depois privatizar e era dito que o privado até tinha melhor serviço que o público. Poderia começar-se pelo exemplo da Banca que, com excelentes gestores, levou o País ao estado atual. Relativamente à questão da Fertagus, disse que gostaria de ver alguma preocupação, por parte dos Deputados, com a população de Setúbal, que era uma das mais prejudicadas na Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que era natural e saudável que cada Grupo Político tivesse a sua opinião em função das suas orientações ideológicas. -----

----- Salientou que as concessões e muitas vezes o recurso a concessões, não resultavam de uma questão ideológica mas muitas vezes, de uma necessidade de captação de investimento no sentido de canalizar investimento público para outro tipo de respostas e que, em alguns casos, não se podiam aplicar nesses serviços que acabavam depois por ser concessionados. O que muitas vezes se verificava era que, por falta de capacidade de investimento do Estado, devido ao orçamento do Estado, tal como o orçamento da Câmara Municipal, era uma manta normalmente curta em que quando se puxava para tentar tapar a cabeça, ficavam os pés destapados e era preciso que fosse gerido de forma muito criteriosa. Disse que se nesses momentos fosse possível que um privado pudesse prestar um serviço público, estando ele bem balizado com padrões qualidade de serviços bem definidos e com custos e receitas também bem monitorizados, era aceitável que nesse caso o fizesse, desde que essa mesma monitorização e fiscalização fossem feitas com todo o rigor e que se verificasse o cumprimento dos princípios que estavam na base dessas concessões de garantia de um serviço público em que as populações saíssem beneficiadas e não fossem prejudicadas com um aumento de custo. -----

----- No caso dos transportes e se se pensasse em termos de qualidade/serviço, relativamente ao serviço hoje em dia prestado pela Fertagus, a convicção do PS era de que o serviço era prestado com relativa qualidade, o que poderia ser verificado no fluxo de passageiros desse serviço que tinha muita procura face às outras alternativas, mesmo considerando que o custo poderia ser mais reduzido. O Deputado referiu também outro aspeto que era o facto de as concessões nem sempre serem más e que em termos do município de Sesimbra, até a própria Câmara tinha concessionado alguns serviços como os

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

parques de estacionamento e esta questão nem sempre era assim tão ideológica e que, por vezes, pelas necessidades já referidas, havia a necessidade de recorrer a este tipo de concessões, por dificuldades de concretizar o serviço ou de investimento. -----

----- Referiu que esta Moção, apesar de se perceber que estava a aproximar o ano de 2019, quando se estava a negociar a entrada destas empresas nesta solução definida pela Área Metropolitana de Lisboa talvez não tivesse vindo na melhor altura, quando se estava a forçar uma posição no momento em que estava a decorrer uma negociação. O Deputado disse que se deveria aguardar que as negociações decorressem para que se percebesse em sentido é que seriam feitas. Disse que o PS considerava não ser o momento de aprovar esta votação mas que também não havia elementos que permitissem perceber porque quando os contratos de concessão terminavam, havia também um conjunto de contrapartidas para a empresa devido às cláusulas da concessão e o facto de a concessão não ser renovada, poderia implicar também alguns encargos financeiros para o Estado. -----

----- Para terminar, disse que o Partido Socialista não tinha conhecimento de quais seriam os impactos financeiros para o Estado e considerava que não havia condições para votar favoravelmente nem contra sendo o seu sentido de voto a abstenção. -----

----- A **Presidente da AMS** informou que estava prestes a ser concluída uma hora de PAOD e que ainda havia três intervenções para ser feitas e outro documento para ser apreciado. Solicitou aos Deputados que tivessem um poder de síntese nas intervenções seguintes, na medida em que começavam a ficar claras as posições e perspectivas colocadas sobre esta mesma Moção.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse não defender que uma empresa que fosse rentável e que tivesse uma boa prestação de serviços fosse alienada do Estado. Referiu que também não poderia aceitar que fosse integrada uma empresa noutra que estava falida e que a empresa que hoje era boa ficaria no mesmo patamar da inércia e da mediocridade em que se encontrava a CP. Disse que o Deputado José Braga havia solicitado que se tivesse a população em consideração e disse estar completamente de acordo com tal mas não poderia ser esquecido que o Estado já tinha injetado este ano, 1,8 mil milhões de euros na CP, dinheiro de todos os portugueses.-----

----- Referiu que mais grave do que os 500 milhões de euros investidos no BES era que o Estado havia gasto 153 milhões de euros em projectos e estudos com o TGV e que esses documentos nem tinham saído do papel. O Deputado questionou qual das empresas entre a Soflusa, a Transtejo e o Metro prestava um bom serviço à população e seguidamente, afirmou que nenhuma delas prestava.-----

----- Perguntou ainda qual era o interesse em ter um passe de 30€ se o serviço era deficitário e

Ata nº14 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

afirmou que preferia ter um maior custo mensal no passe e ter um serviço de qualidade.-----

----- Interveio o **Deputado Fernando Patrício** que disse que o Deputado Sérgio Faias tinha falado muito em investimento público e que o próprio tinha tentado lembrar-se mas que não tinha memória de algum ter sido feito mas o que sabia era que o Estado dava tudo aos privados, que por sua vez ainda tinham lucro. Salientou que hipotecava a sua casa e conseguiria gerir essa empresa melhor que a Fertagus.-----

----- Disse ainda que não aceitava que um munícipe da Azambuja percorresse vinte quilómetros de comboio e pagasse 55€ de passe e que um munícipe de Setúbal percorresse exatamente a mesma distância e pagasse 131€ quando a qualidade do serviço era a mesma.-----

----- Referiu que a CP se encontrava neste Estado devido à política de 40 anos do PS, PSD e CDS a destruir serviços públicos. Entretanto ainda iam 8 mil milhões de euros para a Banca e que o Tribunal europeu, na questão da Islândia, tinha sido bastante claro e que nenhum Estado era obrigado a pagar dívidas de empresas privadas e Portugal continuava a pagá-las, ao invés de investir em obras públicas.---

----- O **Presidente da CMS** cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que a operação da travessia do Tejo tinha sido iniciada com um investimento totalmente público, ou seja, tudo o que era material circulante e a própria via haviam sido suportados por investimento do Estado português. Disse que houvera uma opção de concessionar a travessia, e que a própria CP, enquanto operador público, tinha sido impedida de concorrer à operação. Disse que ao longo destes anos, particularmente entre 1999 e 2013, em termos de compensações do Estado português, aquilo que seria a compensação de custos da Fertagus (pertencente ao Grupo Barraqueiro), havia sido gasta, mais os 200 milhões de euros, das finanças do Estado, em compensações, que a partir de 2013 não tinham sido atribuídos porque a operação era mais do que lucrativa em função do valor cobrado pelos títulos de transporte, por isso não havia compensações. Referiu que no quadro regional, se havia operações lucrativas incluindo a CP, eram as operações ferroviárias: as linhas da Fertagus, de Sintra e de Cascais eram as três mais rentáveis do País e todas as outras eram serviço público.-----

----- Salientou que quando se colocava a questão da CP, o contrato de concessão terminava este ano e não seria de deixar de considerar a possibilidade de uma operação que era lucrativa, com um investimento totalmente público nas infraestruturas, em que houvera um conjunto de anos (2009 a 2013) de compensações a um operador que não se podia considerar inserido numa empresa que estava deficitária, que prestava um serviço público em muitas circulações ferroviárias que se calhar não eram sustentáveis. Disse ainda que não tinha havido investimento privado, a não ser na manutenção do

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

sistema, em particular no material circulante, mas poderia ter havido. -----

----- O Presidente da CMS acrescentou ainda que no quadro de negociação atual com a AML, existia um fim de concessão e poderia colocar-se uma negociação de compensação para se ter o passe 30/40. Era óbvio que a questão da Fertagus se colocava mais dura porque tinha os títulos mais caros para garantir a sustentabilidade e lucro da operação e que a compensação seria mais pesada. Disse também que já tinha sido abordada pelo Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa, também Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a possibilidade de que a AML deveria ter uma participação determinante no capital das empresas pesadas, que eram a Fertagus, a Soflusa, a Transtejo e os transportes regionais da CP e que deveria haver também uma responsabilidade formal dos municípios no transporte pesado.

----- Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por **maioria**, com 13 votos a favor (12 CDU e 1 BE) 2 votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e 9 abstenções (7 PS e 2 MSU), a Moção subordinada ao tema “Pela Integração na CP do Serviço de Transporte ferroviário de passageiros entre Setúbal e Lisboa” -----

----- O Grupo Municipal da CDU prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- *“Quanto à parceria público-privada entre Estado e a Fertagus, é importante ter presente seis questões que ilustram claramente o quanto esta opção foi errada para o funcionamento do sistema de transportes, prejudicial para os utentes e ruínosa para o Estado Português.* -----

----- 1. *O investimento foi integralmente público quer na infraestrutura, quer nos comboios, para se poder passar a efetuar o serviço ferroviário entre Lisboa e Setúbal pela ponte 25 de Abril, e teve por objetivo aumentar a capacidade de resposta do sistema de transportes metropolitano e melhorar a mobilidade entre as duas margens do rio Tejo.*-----

----- 2. *Logo no lançamento do concurso para atribuição da concessão o governo de então, que se afirmava defensor da livre concorrência e do funcionamento do mercado, proibiu o Operador Público – CP – de concorrer apesar deste garantir a plena integração do serviço ferroviário entre Lisboa e Setúbal pela Ponte 25 de Abril no sistema de transportes da Área Metropolitana e que o passe social intermodal seria válido no seu serviço.*-----

----- 3. *Ao longo dos anos desta concessão os sucessivos governos têm dado condições e apoios, diretos e indiretos, que nunca foram dados às empresas públicas, de que são por exemplo a exploração de parques de estacionamento e espaços comerciais nas estações que lhe permitiu arrecadar milhões de euros de lucro ao longo dos anos.* -----

----- 4. *As Parcerias Público-Privadas das concessões ferroviárias à Fertagus e Metro Sul do Tejo custaram ao estado entre 1999 e 2013, 202,5 milhões de euros conforme foi apurado em auditoria*

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

efetuada pelo Tribunal de Contas. -----

----- 5. Com a celebração desta PPP os utentes foram enormemente prejudicados pagando quase o dobro do que pagariam pelo mesmo serviço na CP e ficando sem acesso ao passe social intermodal (a título de exemplo, para uma mesma distância de 21 Km, a CP cobra 1,95€ de bilhete e 42,40€ de passe entre Alverca e Lisboa, quando a Fertagus cobra 3,00€ e 71,95€ para ligar o Fogueteiro a Lisboa, mais 59% e 70%, respetivamente).-----

----- 6. Os trabalhadores têm sido prejudicados ao longo dos anos, ao não lhes ter sido até hoje reconhecido o direito ao estabelecimento por acordo de um Instrumento Regulador das Condições de trabalho, o que tem permitido à empresa limitar salários, direitos e condições de trabalho.-----

----- Estas seis questões, de muitas outras que se poderiam elencar, demonstram claramente que esta opção resultou num enorme favorecimento de um grupo monopolista, que efetua o serviço com comboios públicos, que circulam em linhas públicas e utilizam estações públicas, mas que depois é explorado por um operador privado, ou seja, o Estado assume os custos, a Fertagus recebe as receitas e ainda se recusa a pagar à IP a taxa de circulação que é devida e está em vigor para todos os operadores. -----

----- As consequências destas opções políticas estão à vista: uma oferta de transporte público dominada por um grupo monopolista que se caracteriza por ser diminuta e a preços elevadíssimos. E que teve como consequências o aumento do transporte individual. -----

----- Entre as várias medidas que se impõem serem tomadas visando melhores transportes públicos e mais mobilidade das populações, está a de por um ponto final na PPP que deu a concessão da exploração comercial da ligação ferroviária entre Lisboa e Setúbal pela Ponte 25 de Abril à Fertagus, e integrar o serviço na CP. -----

----- Com a integração deste serviço ferroviário na CP, ganha o país que vê reduzido o esbulho de recursos públicos em favor dos grupos privados. Ganham os utentes pois passam a pagar menos, a ter acesso ao passe intermodal e ao estacionamento gratuito junto às estações. Ganham os trabalhadores da Fertagus que ao serem integrados na CP e na EMEF, melhoram as suas condições de trabalho, rendimentos e direitos.-----

----- Com o fim desta parceria público-privada e a integração deste serviço na CP é tomada uma medida que garante um serviço público de qualidade, promove uma maior utilização do transporte público, com a conseqüente redução do transporte individual, descongestionando a rede viária e a Ponte 25 de Abril, com enormes benefícios económicos, ambientais e na qualidade de vida das populações. -----

----- O contrato entre o Estado e a Fertagus termina em 2019. O Governo já anunciou estar a

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*renegociar a sua continuação, em vez de aproveitar para interromper este processo. Se existem todas as razões para que o atual serviço prestado pela Fertagus seja integrado na CP, o fim da concessão que se anuncia, reforça a oportunidade desta iniciativa do PCP.” -----*

*----- Os Grupos Municipais do PS e do PSD prestaram Declarações de Voto, que apesar de terem sido solicitadas no dia 08 de março de 2019, não chegaram a ser enviadas.-----*

*----- Teve início a apreciação da Recomendação sob o título “**Melhoria da Iluminação Pública na Avenida da Liberdade**” que se passa a transcrever: -----*

*----- “A Avenida da Liberdade constitui-se como um dos principais eixos da atividade económica e social da Vila de Sesimbra. -----*

*----- Ao longo desta artéria concentra-se um conjunto de equipamentos de respostas sociais como escolas e creches, serviços da administração pública e o mais variado tipo de comércio, que vai desde o vestuário até à restauração, para além de ser utilizada como uma das principais vias de entrada e saída da vila, quer por veículos quer por peões.-----*

*----- Um dos principais traços identitários da Avenida da Liberdade, em particular no troço compreendido entre o jardim e o pavilhão do Grupo Desportivo de Sesimbra, é o conjunto de plátanos que a ladeia e que, para além do valioso ensombramento que proporciona a quem nela circula, permite quebrar a frieza do betão das edificações e assim brindar com um apontamento de beleza natural, um espaço predominantemente urbano.-----*

*----- Sabe-se que o fruimento do espaço, quer do ponto de vista utilitário quer do ponto de vista de lazer, apenas pode ocorrer quando é garantida a sensação de segurança dos seus utilizadores, encontrando-se a mesma fortemente associada às condições de iluminação desse espaço. -----*

*----- Verifica-se, na Avenida da Liberdade, que o desenvolvimento natural dos plátanos aí existentes e que o aumento em altura e largura das suas copas provoca um ensombramento relativamente à iluminação pública instalada nessa via, criando uma sensação de insegurança a quem nela circula ao final da tarde e durante a noite.-----*

*----- Assumindo o valor natural e urbanístico dessas árvores considera-se que a sua existência e desenvolvimento jamais deverão ser postos em causa, tornando-se, no entanto, premente ajustar a solução da iluminação pública existente através, por exemplo, do rebaixamento das luminárias existentes, ou por outra qualquer solução técnica que se demonstre adequada.-----*

*----- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra recomenda que a Câmara Municipal de Sesimbra desenvolva uma solução de iluminação pública para a Avenida da Liberdade, no troço*

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*compreendido entre o jardim e o pavilhão do Grupo Desportivo de Sesimbra, no sentido de melhorar a segurança daqueles que fazem uso desta importante artéria da vila de Sesimbra.* -----

----- *Dar conhecimento à Camara Municipal de Sesimbra, Junta de Freguesia de Santiago e órgãos de comunicação social local e regional.*” -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que disse que a Recomendação apresentada se prendia com uma questão muito prática de melhoria da qualidade de vida da população da freguesia de Santiago e de quem visitava Sesimbra. Verificava-se que existia um conjunto de árvores na Avenida da Liberdade que tinham todo o valor de enquadramento mas que tendo em conta a iluminação existente, as próprias copas das árvores acabavam por criar uma zona de enquadramento, originando alguma insegurança a quem lá passava, sobretudo ao final do dia e durante a noite.-----

----- Referiu que desde a apresentação da Recomendação até à atualidade, já se tinha começado a ver algumas podas e que, não só em Sesimbra mas também noutros concelhos, eram feitas podas radicais que davam origem à submissão das árvores a um grande esforço e *stress* e que poderiam não ser tão fortes como se verificava, que acabavam por ficar apenas com os troncos durante o Inverno. O Deputado disse que o PS propunha que fosse feito um estudo sobre a possibilidade de ser feita uma alteração ao sistema de iluminação.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Valente** que questionou o Executivo se tinha alguma estratégia a implementar para o que dizia respeito à Recomendação apresentada. -----

----- O **Presidente da CMS** disse que a Recomendação não havia chocado o Executivo e que era uma preocupação presente. Disse que a situação já havia sido pior sobretudo ao nível daquilo que era a capacidade de iluminação há pouco mais de um ano atrás, com a substituição das lâmpadas anteriores pela iluminação LED e estava também a ser feito um esforço, e não era indissociável da falta de recursos que o município tinha e neste momento estava a tentar estabilizar do ponto de vista da sua optimização por forma a garantir também esse serviço não só na Avenida da Liberdade e reconhecia a Recomendação e deixava a nota, que já era do conhecimento público, que neste momento, estava em “cima da mesa”, a reformulação que pudesse existir sobre o estudo de ordenamento da Avenida da Liberdade onde estava incluída também a reabilitação da própria avenida, em termos daquilo que era a via de comunicação, passeios e outros, e que se justificaria, caso se percebesse que existiam possibilidades de avançar, a médio prazo, poderia não justificar uma intervenção mais imediata. -----

----- Interveio o **Vereador José Polido** que disse estar provado que as podas tinham sido correctamente efectuadas, tanto nos plátanos como nas outras árvores, uma vez que não tinha sido

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

registada a morte de nenhuma árvore, sobretudo na Avenida da Liberdade. Estas podas eram realizadas na devida altura, com conhecimento técnico e inclusivamente, outras autarquias da região haviam entrado em contacto com Sesimbra para perceber o processo porque não o faziam da mesma forma e tinham problemas e que se as podas em Sesimbra não fossem da forma como estavam a ser feitas, as copas ainda teriam um volume muito maior do que o atual. O Vereador disse que considerava que este trabalho estava a ser feito de uma forma correta e adequada no tempo exato e que era assim que continuaria a ser realizado. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Valente** que solicitou que fossem feitos cinco minutos de intervalo antes de se passar à votação do presente documento. -----

----- Após a interrupção de cinco minutos, os trabalhos foram retomados e depois de submetida a votação, a Recomendação sob o título “Melhoria da Iluminação Pública na Avenida da Liberdade” foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- A **Presidente da AMS** declarou depois aberto o **“PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS”**, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

----- Prosseguindo os trabalhos, a **Presidente da AMS** declarou aberta a Ordem de Trabalhos iniciando o ponto 1. **“Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Sesimbra”**. -----

----- Informou que este assunto tinha merecido a realização de uma reunião Conjunta das Comissões no dia 27 de novembro, na qual tinha estado presente o Presidente da CMS, que tivera a oportunidade de apresentar a matéria e a perspetiva remetida pela Câmara Municipal, assim como também, já no fim da reunião, apresentara as duas matérias integradas na próxima Ordem de Trabalhos da AMS. -----

----- Disse que tinham sido colocadas várias questões sobre a Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Sesimbra, às quais foram prestados os devidos esclarecimentos. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS**, que disse que não se justificava ser tão extenso como na apresentação do passado dia 27 e deu uma pequena nota do enquadramento dizendo que o proposto era uma Organização já sinalizada há bastante tempo, desde a última realizada no ano de 2012, com uma evolução bastante demorada ao longo deste percurso. Esta demora permitiu que se tivesse um modelo de organização para a CMS, garantindo uma maior eficácia, eficiência e liderança por forma a ultrapassar dificuldades de respostas internas do próprio município. Esta organização teve em conta todo o histórico de estruturas orgânicas da Autarquia com exceção da atual, que tinha sido uma obrigação legal drástica para o município, provocando uma série de constrangimentos há muito tempo identificados. -----

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Disse que havia uma garantia no modelo agora adotado, que seria o mais hierarquizado possível e que da perspectiva da CMS, houvera uma redução em baixa nas tipologias das Unidades e redução do número de Departamentos e Divisões optando por uma prerrogativa Legal do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que eram as Chefias Intermédias de 3º Grau. Referiu a existência de uma preocupação de que o que havia hoje, resultado da drástica redução então imposta de Coordenações informais que era sempre difícil, do ponto de vista da gestão, passarem a cargos de chefia. Disse que não se deixara de ter em conta o pacote de descentralização que no limite dos limites, estava previsto a partir de 2021, bem como uma visão mais estratégica e atual dentro da dinâmica que tinha de existir sempre dentro de uma organização com cerca de 1.000 trabalhadores, tendo sido pensado chegar ao mais equilibrado possível Disse que aquilo que se trazia à Assembleia era a aprovação do modelo da Organização dos Serviços, que era hierarquizado. Referiu que a estrutura nuclear seria constituída por 4 unidades orgânicas que se consubstanciavam no Departamento de Administração e Finanças, Departamento de Infraestruturas e Serviços, Departamento de Ordenamento do Território e Urbanismo e Departamento Sociocultural. Seria ainda fixado o número máximo de unidades orgânicas flexíveis que seriam 16 Divisões, 23 Unidades Técnicas (chefias intermédias de 3º Grau) e 8 Gabinetes.-----

----- Referiu também que no âmbito da Lei Nº49/2012 de 29 de Agosto, que define o estatuto dos cargos dirigentes, seriam também fixados os critérios de recrutamento e seleção, bem como o estatuto remuneratório das chefias intermédias de 3º Grau permitidas por Lei.-----

----- Saliou que o apresentado era equilibrado, com uma visão de garantia de alguma racionalidade, quer do ponto de vista da criação de novas unidades orgânicas, quer do ponto de vista financeiro e da capacidade de resposta à comunidade, garantindo que o seu funcionamento se faria da melhor forma possível.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues**, que cumprimentou todos os presentes e disse que a sua preocupação relativamente à presente proposta eram os custos com o pessoal, uma vez que era o ponto crítico da gestão da Autarquia pelo facto de ser um custo fixo, sendo necessário ter a noção de que os valores de aquisição de mercadorias adquiridas e o fornecimento de serviços externos em 2017 rondariam os 12.700.000,00 euros, valor compensado pela venda de prestação de serviços prestados pela CMS no valor de 12.981.000,00 euros. As outras duas rubricas fundamentais eram os custos com o pessoal, que tinha de “jogar” com as receitas de impostos e taxas, onde residia a questão na gestão, que era na sua opinião, um ponto crítico. Considerando mais uma vez os dados do ano de 2017, o Deputado disse que os custos com o pessoal estavam nos 17.500 milhões de euros. Referiu que de 2015 para 2016,

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

os custos tinham aumentado 500.000 euros, outros tantos para 2017 e estava a apontar-se mais 1.200.000 euros de aumento para o próximo ano, perfazendo um total de mais de 2 milhões nos últimos 3 anos. Disse que a questão crítica nesta situação era que o diferencial entre custos com o pessoal e impostos e taxas era de cerca de 2.900.000 euros e cerca de 1.200.000€ eram já para custos com o pessoal. Era sabido que teriam de ser suportados 990.000€ apenas com a questão dos passes e verificava-se um esgotamento da margem existente. A sua interpretação era de que no momento em que este diferencial se esgotar, a capacidade de gestão da CMS era substancialmente reduzida, ou seja, seria necessário recorrer a crédito, o que iria implicar as amortizações e os juros e se não houvesse margem, também não haveria condições para suportar esses encargos. Com esta preocupação, não era fácil para o Grupo Municipal do MSU, aceitar a proposta do Executivo e dizer que esta era a melhor solução porque não queria o mesmo que tinha acontecido há alguns anos, em que ninguém queria que a Autarquia tivesse dificuldade em pagar a fornecedores. Informou que era devido a esta preocupação que a bancada do MSU se iria abster relativamente a esta proposta. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano**, que disse que gostaria de realçar um aspeto já referido na reunião das Comissões realizada no dia 27 de novembro e que tinha a ver com uma aproximação da reposição daquilo que existia em termos de estrutura da Câmara, anterior à legislação de 2012. Após a colocação desta questão, foi reconhecido pelo Presidente da CMS que as consequências dessa mesma legislação não tinham trazido quaisquer benefícios para o município e não era surpresa que a necessidade de uma reestruturação viesse a alterar aquilo que tinha resultado da mesma. -----

----- O Deputado colocou algumas questões de pormenor, nomeadamente sobre os Projetos municipais que até agora eram três e disse que o Grupo Municipal do PS saudava, com alguma satisfação, o desaparecimento de um Projeto relacionado com a Mata de Sesimbra e que gostaria de pensar que tal se devia a um reposicionamento estratégico relativamente ao que o mesmo significava. Relativamente aos outros dois Projetos que permaneciam, informou que no artigo 10º, eram referidas as duas fichas de caracterização se encontravam no anexo 5 referente aos cargos de direção intermédia, o que era uma gralha, pois pertenciam ao anexo 3. Continuou, dizendo que o Projeto Municipal do PDM previa, nesta ficha de caracterização, uma duração de 18 meses e questionou se significava que a revisão do PDM demoraria 18 meses a partir de janeiro de 2019. O Deputado referiu outra gralha nessa ficha de caracterização e disse que com 18 meses, o Projeto terminaria a 30 de junho e não a 01 de junho de 2020, Na mesma sequência, disse que o outro Projeto Municipal dedicado às AUGI's previa uma duração de 48 meses, e que há pouco tempo se tinha realizado uma reunião muito proveitosa e interessante

Ata nº14 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

sobre a situação e perguntou se era um objetivo tentar fazer com que este Projeto Municipal conseguisse concluir todos os processos de reconversão das AUGI's nestes 48 meses ou se este prazo seria para trabalhar e muito provavelmente este Projeto seria retomado ou reprogramado para um período ainda mais alargado.-----

----- Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que relativamente à questão da Organização dos Serviços da CMS, disse que era um papel que cabia à Câmara Municipal, tendo em conta os objetivos a que se propusera como os objetivos de gestão, as metas que pretendia atingir e como tal, sendo os serviços um recurso, a Autarquia deveria ter a liberdade de fazer essa reorganização porque só quem estava no Executivo é que era capaz de definir o seu desenho. Disse que o Grupo Municipal do PS considerava importante, nesta reorganização e reestruturação, que já estivessem incorporadas algumas alterações que permitissem que a estrutura pudesse comportar algumas das transferências que estavam pensadas, do Estado Central para as Autarquias, e que se pudesse fazer algum reajuste até 2021, nas competências que fossem transferidas. O Deputado fez uma relevância positiva à preocupação desta reorganização em fazer alguma justiça a trabalhadores que se sentiam menos motivados em funções que desempenhavam ou que no decorrer do tempo pudessem ter cumprido os seus estudos e ter reforçado a sua capacidade académica e que hoje em dia desempenhassem também funções para as quais estavam sobrevalorizados, justificando a sua desmotivação, uma vez que tinham preparação para exercer outro tipo de funções. Como tal, esperava que com esta reorganização, melhor ajuste e maior satisfação dos trabalhadores, fossem obtidos resultados mais positivos para que a população pudesse senti-los no desempenho de funções da orgânica da própria Câmara Municipal. Disse também que nesse sentido, o que causava grande estranheza era que, se por um lado, foram quantificados quais os custos que esta nova estrutura podia induzir anualmente em termos de custo com o pessoal, não existia nenhuma referência àquilo que deveriam ser os indicadores que iriam medir os impactos desta reestruturação orgânica nem à definição de metas e isso acabava por desequilibrar o pretendido, uma vez que se tinha noção daquilo que estava a entrar mas ficavam as dúvidas se alguém estava a medir o que saíria como resultados desta reorganização. Tratava-se de um aspeto muito negativo da própria justificação que era feita e o PS considerava não haver a preocupação do Executivo na melhoria dos serviços para que mais tarde se pudesse fazer uma avaliação dos impactos desta reestruturação.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado José Carlos Dias**, que cumprimentou todos os presentes e disse que os recursos humanos em qualquer empresa eram uma mais-valia e era com o que se conseguia alcançar os objetivos existentes e rentabilizar e otimizar o pretendido. Era sabido que o ano de 2019

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

trazia muitos desafios e que era necessário aproveitar todos os recursos. Disse acreditar que o Executivo saberia tirar o maior proveito daquilo que os munícipes e contribuintes iam pagando, revertendo uma melhoria de serviços para que mais tarde pudessem dizer que as despesas que se tinham eram bem aproveitadas. Concordava com o apresentado, se bem que havia sempre algo que poderia ser melhorado e que no futuro se veria o resultado desta reorganização dos serviços. -----

----- Interveio o **Presidente da CMS** que disse que às vezes “era-se preso por ter cão e preso por não ter”. Disse que seria fácil para a Assembleia Municipal, se fosse trazido aquilo que resultava da Lei que era ter 4 Departamentos e a autorização para ter 50 unidades flexíveis. Disse que o município não era o mesmo que uma empresa e havia questões que não poderiam, de forma nenhuma, ser equiparadas.-----

----- A CMS optara por trazer, com a perceção clara do pretendido e com a dinâmica necessária para estes processos, uma visão estratégica e disse que não poderia dizer que não estivesse também associado à própria estrutura algumas questões de visão de estratégia política daquilo que eram os compromissos mas que também houvera um grande trabalho de perceção com um conjunto de municípios de dimensão idêntica e com características similares para perceber um modelo de organização. -----

----- Disse que aquilo que deveria ter vindo à Assembleia, que era normal e que sempre acontecera em todos os lados, era a estrutura nuclear e um pedido de autorização para se ter um número fixo máximo de Unidades flexíveis que poderiam ser Divisões, Chefias Intermédias de 3º Grau ou até inferiores porque a Lei assim o permitia. Disse também que para além de ter sido trazida a visão sobre o que era esta Organização porque estava refletida no Regulamento e na identificação clara daquilo que eram as competências e atribuições de cada Unidade Orgânica, não viu em nenhum município, algo que antecipadamente, fosse colocado na nota justificativa uma indicação do impacto e da definição de metas desta mesma organização. Tratava-se de uma responsabilidade acometida a uma das Unidades da Câmara Municipal que era o Gabinete de Modernização, Qualidade e Auditoria que deveria medir a eficácia e eficiência dos serviços. Tinha ainda a responsabilidade para sugerir e propor medidas corretivas e de melhoria e, inclusivamente a implementação de um conjunto de Projetos e alterações com a dinâmica necessária para que os serviços pudessem ser mais eficazes e eficientes para uma resposta melhor conseguida, o que nem sempre era possível, pois muitas vezes não se conseguia acompanhar aquilo que hoje eram as propostas de sugestão e de análise técnica emanada no Sistema de Qualidade em torno desta estrutura chamada Gabinete de Modernização, Qualidade e Auditoria. -----

----- Relativamente à questão do Deputado Sérgio Faias sobre os trabalhadores e as competências das

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Autarquias, disse que não iria discutir se a CMS concordava ou não e que essa matéria ficaria para uma segunda fase mas era normal que no ano de 2021, todo o pacote passasse para os municípios, felizmente ou infelizmente, dependendo da visão de cada e a Câmara Municipal havia tido esse facto em conta.-----

----- O Presidente deu o exemplo que se o município de Sesimbra aceitasse a delegação de competências da Administração Central na área da Educação então seria mais cerca de 400 trabalhadores, uma entrada de recursos humanos na ordem dos 4 milhões de euros em função dos existentes em 2017 e provavelmente teria de haver um reajuste. Referiu que a área da Educação tinha sido passada para uma Divisão específica e havia também uma Unidade Técnica só de equipamentos educativos já a pensar nessa questão, para além dos estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo e pré-escolar e admitiu também que esse reajuste poderia acontecer sem ter que ir à Assembleia. Bastava pensar que haveria alguma Unidade também criada, sendo Divisão ou Unidade Técnica que pudesse não fazer sentido e no caso de isso acontecer, não precisaria de vir à Assembleia. De acordo com a Lei nem precisava de ser presente em reunião de Câmara, bastando um despacho do Presidente a informar que a Unidade deixava de existir e passaria a haver uma determinada Divisão ou outra Unidade Técnica.-----

----- Sobre a questão dos trabalhadores, disse que gostaria de colocar de forma clara que o objetivo não tinha sido “fazer fatos à medida” porque a estimativa feita tinha sido média e apontada para o máximo, sendo que o máximo de concursos a decorrer não seria uma execução da despesa nomeadamente ao nível daquilo que eram os dirigentes propostos logo a partir de janeiro porque havia concursos que tinham de decorrer. O objetivo foi que se olhasse para a organização no quadro da sua eficiência e talvez nem todos os trabalhadores tinham a capacidade de “vestir o fato” que a Autarquia quisesse que vestissem mas essa era apenas uma questão de procedimento concursal. Se se tratar de um funcionário cujos encargos das remunerações e prestações sociais fosse já do município, poderia haver duas questões: ou teria um vencimento inferior ao de cargo dirigente e o resultado desta estrutura seria o remanescente entre esse vencimento e aquilo que seria o vencimento de cargo dirigente e que poderia ser um funcionário com um vencimento já superior ao de cargo dirigente ou o vencimento de origem tendo um impacto zero ou então, poderia vir um Técnico com um vínculo à função pública com contrato por tempo indeterminado e a Câmara teria de assumir o vencimento por inteiro. Esta situação poderia acontecer para 3 ou 4 funcionários, tal como poderia acontecer para a totalidade. Salientou que já tinha dito na reunião do dia 27 de novembro e que não era fácil estar a colocar-se a discussão em torno dos recursos humanos e que nem se poderia fazer essa associação. Disse que o único resultado de impacto financeiro com a estrutura que tinha a ver com os recursos humanos havia sido os anteriormente

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

referidos na reunião e que, no máximo, seria expectável que chegaria aos 200.000 euros, se bem que acreditasse que a maioria dos concorrentes a concurso seria maioritariamente funcionários da própria Autarquia e que o impacto, na sua opinião, não seria relativamente grande. Desta forma, não era possível poder associar-se a questão do peso dos recursos humanos e a diferença era, por exemplo, na Divisão do Ambiente Urbano, haver 160 trabalhadores repartidos em vários serviços e a higiene urbana era uma das questões mais preocupantes, tendo-se considerado que era preferível ter uma Unidade Técnica Intermédia, para que não afunilasse tudo na chefia da Divisão, por forma a agilizar melhor os procedimentos. -----

----- O Presidente disse ainda que a questão referida pelo Deputado João Rodrigues era a mais elementar perceção por parte daquilo que era hoje a Lei das Finanças Locais e o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Quando se diz que a rubrica "02", aquisição de bens e serviços, deve fazer corresponder aquilo que era, também no quadro da receita que era a venda de bens e prestação de serviços por parte do município, era completamente errada porque não havia nenhuma consignação de receita da Câmara, pois era uma regra do POCAL e que era exatamente na venda da prestação de serviços que havia o maior impacto de recursos humanos. Disse ainda que o maior "bolo" da cotação de serviços era a água, resíduos sólidos e saneamento, de onde resultava o maior peso da venda de bens e prestação de serviços no quadro da receita da CMS. Do ponto de vista do POCAL, não se poderia dizer que os impostos diretos eram para a despesa com o pessoal e poderia ver-se que a rubrica 01 (despesas com o pessoal) ultrapassava claramente os 50% da estrutura da receita. Uma das regras do POCAL era que as despesas correntes não podiam ser superiores às receitas correntes. Era necessário um reforço de assistentes operacionais e 40 assistentes operacionais correspondiam a 400.000 euros anuais, sem contar com o trabalho extraordinário e subsídios de turno e não era possível ter um melhor serviço com menos funcionários. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano, o Presidente disse que por ter desaparecido a referência, não queria dizer que os Planos Pormenor tivessem deixado de existir. Foram mantidas duas equipas do Projeto Municipal por tratar-se de duas matérias com horizontes temporais e previa-se que o PDM estivesse terminado no final de 2019 e a equipa de Projeto foi "estendida" por mais 6 meses para alguma eventualidade, sendo que, as equipas de Projeto tinham a particularidade dos Técnicos estarem afetos à Unidade a desempenhar funções no Projeto. Os Técnicos municipais neste Projeto eram 2 e estavam afetos à Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e havia ainda uma prestação de serviços. Quando o Projeto do PDM terminar, passará para a Divisão de

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Planeamento Urbanístico. A questão é que se houver algum atraso, não terá de ser feita uma alteração às fichas de caracterização. Relativamente às AUGI's, disse que não iriam ficar terminadas em 48 meses e teria de ser feita uma renovação desta equipa de Projeto mas também não era expectável que se fizesse uma equipa com a duração de 10 anos. Foi extinta a equipa do Projeto Municipal da Mata de Sesimbra porque na perspetiva da Autarquia, fazia sentido haver uma Unidade Técnica de Projetos de interesse Municipal no seu todo, fossem de maior ou menor dimensão. Os Técnicos integrantes desta equipa de Projeto acompanhavam com alguma celeridade, os empreendimentos que pudessem dinamizar a economia local e criar empregos. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse que quando referira a análise comparativa entre fornecimento de serviços externos e a aquisição de serviços, o fizera por se tratar de dois tipos de rubricas semelhantes em sentidos opostos e que não o havia feito numa ótica de consignação e que o fizera no sentido de alertar as pessoas de que, em termos genéricos, uma empresa comprava serviços e estas duas rubricas estavam equilibradas, ou seja, os custos associados ao que a Câmara comprava e aquilo que prestava eram valores semelhantes apenas com uma diferença de 100.000 euros e que tinha falado apenas para se perceber esta situação. Outra coisa que o Deputado fez questão de referir, e na sequência daquilo que o Deputado Sérgio Faias havia dito, foi o facto de sempre ter defendido que a Assembleia Municipal tinha as suas fragilidades e não havia capacidades de análise porque não se tinha condições de análise pormenorizada da própria estrutura da CMS. Os Deputados Municipais questionavam se faria sentido esta proposta vir à Assembleia e o próprio dizia que não, ou seja, se não havia capacidade de uma resposta clara sobre uma proposta que não era dominada pelos Deputados, uma vez que não era feita uma análise da própria estrutura da empresa e quando era solicitado aos Deputados que se pronunciassem sobre estas questões, havia uma falha na democracia, pois quem tinha a capacidade democrática de acompanhar e fiscalizar os Executivos, não tinha meios nem condições de o poder fazer. O próprio sentia uma limitação em interpretar certas matérias e por isso, a democracia falhava neste aspeto em que não era fácil haver uma avaliação clara sobre qualquer proposta apresentada pela Câmara. Disse ter todo o respeito e consideração pelo Executivo e que não estava a pôr em causa a bondade da proposta apresentada e que o papel da Assembleia não era apenas acreditar mas analisar e questionar. O Deputado reconheceu o trabalho excecional do Presidente da CMS nos esclarecimentos, que prestou um pouco mais além daquilo que era questionado ou solicitado. Disse que nestas análises, gostava de ver o impacto desta medida mas também todo o conjunto de evolução dos custos com o pessoal que o preocupava porque não queria que a Autarquia chegasse a um ponto em

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que já se tinha encontrado no passado e que o seu papel era alertar e que continuaria a fazer. -----

----- A **Presidente da AMS** disse que esta manifestação de angustia de conhecimento já há muito tempo que era sentida pelos Deputados e que a própria dizia que eram voluntários da política. Disse ainda que muitas vezes, as Assembleias Municipais eram constituídas por “gente que vai entrar pela primeira vez” nos órgãos autárquicos ou pelos mais velhos por já terem alguma experiência e maturidade e que, entre estas duas posturas, havia um grande empenho naquela que ficava no meio das duas e que reconhecia isso ao longo de todos estes anos e continuava a ser visível o empenho de todos relativamente a estas matérias. Trata-se de uma falha que não era de mais ninguém do que de quem fazia a estruturação da Lei, que não preconizava mais nada para além aquilo que estava considerado na própria Lei e disse ainda que, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não tinha mais dinheiro por passar ou 5 dias a preparar toda documentação e a preparar os serviços da AMS para que nada faltasse e que as coisas funcionassem como deviam. Esta é uma falha da democracia do ponto de vista legal que não conferia condições para uma melhor fiscalização e não apenas da competência dos Deputados. Relativamente a esta matéria, salientou que tinha sido sempre esta a prática e o Deputado João Rodrigues tinha sabido registar que qualquer documento que viesse a esta Assembleia, quer fosse para deliberar ou não, era sempre do conhecimento de todos para que pudessem ter uma leitura o mais próximo das preocupações da CMS e que fossem um conhecimento prévio para a integração na estratégia do município. Para terminar, disse que todos deviam pugnar pela capacitação dos órgãos autárquicos, nomeadamente da Assembleia Municipal. Disse também que, ao longo destes anos, todos os elementos do Executivo e os Presidentes com quem tinham contactado, estiveram sempre disponíveis para um esclarecimento para a capacitação de conhecimento da matéria por parte dos Deputados. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que o Deputado João Rodrigues havia referido os trabalhadores da Autarquia na reunião preparatória, falando para a bancada da CDU em particular mas que os trabalhadores da Autarquia presentes nessa bancada recebiam a informação da mesma forma que recebiam todos os Deputados desta Assembleia e não era pelo facto de serem da mesma força política do Executivo maioritário da Câmara que tinham acesso privilegiado à informação. -----

----- O **Deputado João Rodrigues** pediu para esclarecer a situação e disse que não tinha sido isso a que se referira e explicou que sendo colaborador de uma empresa, conheceria melhor a sua estrutura. Disse nunca se ter referido especificamente à CDU tendo falado apenas em funcionários da Câmara Municipal. Referiu que não tinha a facilidade de conhecimento pelo facto da informação apenas ser prestada à CDU

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

mas a todos os Deputados colaboradores da Autarquia, pois tinham o conhecimento de uma realidade interna que o próprio não tinha. Disse ainda não acreditar que os Deputados da bancada da CDU tivessem um privilégio especial por pertencerem a essa força política ou por estarem na Câmara.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que disse que, na sua perspetiva, não tinham de se pronunciar sobre a estrutura porque não cabia aos Deputados estar a onde as Unidades deveriam estar não sendo trabalhadores da instituição, os Deputados não conheciam a forma de organização dos serviços, não lhes cabendo a eles fazer propostas concretas ou a fazer juízos se esta reestruturação deveria ser assim ou de outra forma. No entanto, cabia aos Deputado perceber quais eram os impactos em termos de custos que a reestruturação iria ter e, acima de tudo, medir as melhorias dos serviços que a população sentiria como resultado desta reorganização. Ainda na sequência da apresentação do Presidente da CMS, disse ter-lhe surgido uma dúvida e perguntou se o Gabinete de Qualidade e Auditoria tinha feito algumas propostas concretas relativamente à alteração dos serviços e se as mesmas haviam sido tidas em consideração nesta questão.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano**, que agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Presidente da CMS às questões levantadas por si e, realçou que aparentemente, a sensação com que ficara era que os Projetos da Mata de Sesimbra haviam perdido alguma visibilidade, pelo menos estratégica, pelo facto de um Projeto Municipal dedicado exclusivamente a esses Projetos ter deixado de existir nesta nova proposta. Disse que pelo que o Presidente havia referido, este seria um assunto que seria colocado no âmbito das revisões do PDM sobre eventuais desenvolvimentos para a Mata Norte mas o que era perceptível pelas palavras do Presidente da Câmara, relativamente à Mata Sul não havia quaisquer desenvolvimentos, o que no seu entender, levantava claramente a questão de qual o sentido do Plano Pormenor da Mata Sesimbra Sul e no âmbito da Revisão do PDM, se não seria de considerar este aspeto sobre o sentido de se ter um Plano Pormenor inexecutável e que não servia os interesses do município de Sesimbra, o que aparentemente, era o que se notava e que certamente voltaria á Assembleia Municipal no âmbito de reuniões de Comissão e sessões da AMS.-----

----- O **Presidente da CMS** disse que o Plano Pormenor era sempre discutível mas tinha sido votado por maioria nesta Assembleia e considerou-se estratégico para o concelho de Sesimbra e a sua exequibilidade dependia da capacidade financeira ou não dos seus promotores imobiliários, o que não estava nas mãos da Autarquia, sendo que, provavelmente um dos condicionantes do PP Sul era o ónus da construção de infraestruturas exigidas pelo município que estavam estimadas em 25 milhões de euros. Relativamente ao Gabinete Municipal de Qualidade e Auditoria, disse que já tinham sido consideradas

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

estas alterações, não só do ponto de vista da visão sobre a estrutura, bem como da implementação de algumas medidas de melhoria e implementação de Projetos para essa estrutura. Disse também que iria ser criada a Unidade Técnica dos Serviços de Proximidade com os Cidadãos no sentido de uniformizar e concentrar a relação como munícipe, seja ela o atendimento presencial, na gestão de circuitos de entradas de informação com o munícipe e seja depois alavancada, que estava depois apresentado através do balcão digital e do balcão telefónico. -----

----- Relativamente às questões levantadas pelo Deputado João Rodrigues, disse reconhecer mas confessou não ter grande influência na Assembleia da República e que nem pertencia aos Partidos maioritários. Disse que eram as competências atribuídas por Lei e que, neste caso em concreto, a opção da Autarquia tinha sido esta matéria vir à Assembleia Municipal com a informação do modelo, qual era a visão, o previsto em termos de Unidades Técnicas, de Divisões, subunidades orgânicas, quais as competências de cada uma delas, as equipas de Projeto, os Gabinetes integrados de consultoria e apoio, ou seja, estava tudo explicado e era, de longe, bem mais informação do que seria expetável, no quadro das competências legais das Assembleias Municipais. A Câmara Municipal fazia o esforço de partilhar toda a informação com a Assembleia. Disse que se se olhasse para este todo como uma empresa, de um lado estaria o Conselho de Administração e do outro estaria um Conselho de acionistas e a Autarquia considerava que todos deveriam ser frontais e diretos, independentemente das opiniões de cada um e das suas posições políticas. Salientou que quando o Deputado João Rodrigues colocara as questões relacionadas com o pessoal, nem a Autarquia sabia, e que a única coisa que sabia neste momento era que o que faltava “fechar” nas GOP’s seria estabilizar ao máximo as despesas com o pessoal. Estavam a ser feitos os cálculos da pessoas que passariam da posição remuneratória “A” para a “B” e o impacto que causaria no município sendo que, de acordo com a Lei, a Lei do Orçamento de Estado era faseada no tempo e havia cálculos para se fazer. Disse ainda que tinha de se fazer cálculos numa outra possibilidade que o município tinha e que havia sido cortada em Governos anteriores e que agora tinha sido reposta que era a opção gestonária, para a qual se estava a olhar por forma a criar a justiça necessária para quem faltava apenas um ponto, em função daquilo que tinham sido as alterações no posicionamento remuneratório, nomeadamente das carreiras mais baixas. Havia ainda a questão da mobilidade, levantada pelo Deputado Sérgio Faias e disse que havia mais de 50 funcionários em requerimento de mobilidade inter-carreiras e que no ano passado houvera a opção de clarificar bem como eram aplicados e criados critérios que fossem justos. Referiu ser normal que se um trabalhador podia ganhar 1.000€, não iria ganhar 700€ e todos olhavam para os seus rendimentos e para as suas dificuldades, se bem que o

Ata nº14 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

município também tinha de ver alguns critérios. Como no ano passado não houvera tempo para tal por ser um ano de eleições, o objetivo seria a criação de critérios que fossem o mais justos possíveis, como um assistente operacional a exercer funções há um ano e que tivesse o 12º ano de escolaridade, tal como um assistente técnico a exercer funções de técnico superior também há um ano e que tivesse uma Licenciatura. Tudo isto teria de ser conjugado com a questão orçamental. Era por este motivo que faltava “fechar” a rubrica 01-Pessoal porque era necessário fazer contas. Disse que a preocupação não eram as rubricas 01 nem 02 porque o município já havia tido mais trabalhadores do que aqueles que tinha hoje e atualmente havia mais habitantes no concelho e mais responsabilidades, bem como mais exigências, sobretudo naquilo que era a manutenção do espaço público, serviço público e de proximidade. O Presidente disse que a grande preocupação da Autarquia, sobretudo no horizonte de 3, 4, 5 anos era o grande volume de investimento e certamente, todos os presentes concordavam que esta questão tinha de ser muito bem ponderada do ponto de vista da sua planificação e da sua capacidade de execução e que tinha sido feito o esforço do município no último mandato e que agora continuava a ser feito, de haver uma redução clara de endividamento neste período crítico e que no quadro de previsão que se tinha hoje no cronograma das intervenções, o ano de 2020 seria o mais crítico. Estavam a ser feitos todos os possíveis para conseguir fazer uma gestão, não perdendo também aquilo que era a prática da Autarquia, sobretudo nas áreas e materiais da Educação, Cultura, no apoio ao Movimento Associativo, com a racionalização e otimização de algumas dessas áreas mas sem perder esse peso que era muito importante na dinâmica do próprio Concelho. -----

----- Após a votação, a Assembleia Municipal de Sesimbra deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, por maioria, com 15 votos a favor (12 CDU, 2 PPD/PSD.CDS-PP e 1 BE) e 9 abstenções (7 PS e 2 MSU), sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o seguinte: -----

### ----- 1. MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA -----

----- O Modelo de Estrutura Orgânica adotado é o modelo hierarquizado, o qual integra unidades orgânicas nucleares e flexíveis; -----

### ----- 2. ESTRUTURA NUCLEAR -----

----- A estrutura nuclear é constituída por 4 unidades orgânicas com as competências descritas no Anexo I ao Projeto de Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços da Câmara Municipal, as quais se consubstanciam nos seguintes departamentos: -----

----- - Departamento de Administração e Finanças; -----

----- - Departamento de Infraestruturas e Serviços; -----

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

- - Departamento Ordenamento do Território e Urbanismo;-----
- - Departamento Sociocultural.-----
- 3. UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS -----
- Definir, no máximo, 16 Divisões, 23 Unidades Técnicas e 8 Gabinetes.-----
- 4. SUBUNIDADES ORGÂNICAS -----
- Definir, no máximo, 19 subunidades orgânicas.-----
- 5. EQUIPAS DE PROJETO -----
- Definir, no máximo, 2 equipas de projeto.-----
- 6. CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU-----
- Definir as competências, a área, os requisitos do recrutamento e do período de experiência profissional, bem como a respetiva remuneração, nos termos do Anexo V ao Projeto de Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços da Câmara Municipal de Sesimbra.-----
- O Grupo Municipal do PPD/PSD.CDS-PP prestou a seguinte Declaração de Voto:-----
- *“A bancada do PPD/PSD, começa por agradecer à Câmara Municipal na pessoa do Sr. Presidente, a apresentação que fez deste assunto, na anterior reunião.-----*
- *Sendo certo que não se torna necessário proceder a actualizações anuais de reestruturação dos serviços, entende-se contudo que é chegado o momento de proceder a uma avaliação mais profunda, considerando as necessidades sentidas no quotidiano por forma a adapta-lo às exigências crescentes supervenientes de diversas alterações legislativas que se têm traduzido num crescendo das atribuições dos municípios, bem como possibilitando uma adaptação a novos modelos de decisão e funcionamento, os quais exigem também novos modos de redimensionamento dos recursos humanos capacitando uma eficácia de modo a melhor servir os interesses dos munícipes.-----*
- *Quando se se faz uma reestruturação é sempre com a perspectiva que os serviços irão melhorar, que a produtividade aumente, tentando dar resposta a vários problemas.-----*
- *Coerentemente com o que foi na passada reunião conjunta das comissões e hoje aqui nesta assembleia, termino esta intervenção manifestando o nosso voto favorável.”-----*
- O Grupo Municipal do PS prestou a seguinte Declaração de Voto:-----
- *“A organização dos serviços é uma função que cabe ao Executivo da Câmara Municipal de Sesimbra para definição daquele que deverá ser o formato que melhor se adegue à concretização dos seus objetivos de gestão.-----*
- *Releva-se o facto da nova estrutura proposta ter sido desenvolvida de forma a poder vir a*

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*incorporar parte das competências que se preveem ser transferidas do Estado Central para as Autarquias Locais até ao ano de 2021.*-----

*----- Esta proposta de reestruturação orgânica dos serviços da CM, de alguma forma, vem repor ou, pelo menos, aproximar-se da estrutura existente antes de 2012, pondo em evidência que aquilo que se alterou em função da legislação desse ano foi apenas para concretizar uma poupança de recursos financeiros e que, tendo sido feita de forma cega, não tinha trazido qualquer benefício aos serviços e ao Município.*-----

*----- Uma nova organização permitirá regularizar situações de trabalhadores que, atualmente, se encontram a desempenhar funções para as quais não estão a ser adequadamente remunerados. Permitirá também a mudança de funções de trabalhadores que se encontram insatisfeitos com as funções atuais e regularizar situações de funcionários com habilitações académicas superiores àquelas que as funções atuais exigem. Será assim expectável que estes ajustes às funções e remunerações dos trabalhadores conduzam a uma maior satisfação no trabalho que os mesmos desempenham e esse aspeto se reflita em mais e melhores resultados.*-----

*----- No entanto, apesar de se encontrar estimado pelo executivo o impacto diretamente relacionado com esta reestruturação orgânica nos encargos orçamentais com pessoal, cerca de 200 mil euros anuais (valor que ainda se considera significativo), não existe qualquer referência aos indicadores de qualidade de serviço público prestado aos munícipes que se pretendem melhorar, nem são estabelecidas quaisquer metas a atingir como resultado das alterações orgânicas propostas.*-----

*----- Uma avaliação consciente dos impactos da implementação da nova estrutura organizacional dos serviços da Câmara Municipal de Sesimbra apenas se torna possível, comparando o aumento de custos com indicadores de qualidade associados a melhorias no serviço prestado aos munícipes e a metas estipuladas estrategicamente neste domínio, porém esse aspeto não foi minimamente apresentado, nem parece merecer preocupação do Executivo.”*-----

*----- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.*-----

*----- Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram zero horas e trinta minutos do dia 1 de dezembro de 2018.*-----

Ata nº14 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----

Ata nº14 – Mandato 2017-2021

Assunto: Ata de reunião Assembleia Municipal  
de Sesimbra  
AMS-16/00

Página 36 de 36

